



## A INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS E ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA.

**Autor:** Juliana Simões Colete  
**E-mail:** julianasimoescolete@gmail.com  
**Orientador:** Dr. Acir de Matos Gomes

**Instituição:** FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA  
**Agência Financiadora:** FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

**Palavras-chave:** Provas ilícitas; Provas ilícitas por derivação; Processo Penal; Inadmissibilidade; Teoria dos frutos da árvore envenenada.

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito realizar uma análise jurídico-filosófica sobre as provas ilícitas e ilícitas por derivação no processo penal brasileiro. Até o momento, apresenta a questão sobre a temática da ainda “apreciação” de tais provas ao decorrer do processo e faz jus à prejudicialidade social e moral perante à vida do acusado.

Não há hesitação perante a relevância das provas no processo penal. Todavia, carece destacar acerca do uso de provas obtidas ilicitamente e provas que derivam destas. Sucintamente, provas consideradas ilícitas são aquelas que infringem normas de direito material e de direito constitucional e desta forma se tornam inaceitáveis no processo, porquanto, quaisquer provas que derivem de provas obtidas ilicitamente, também devem ser desconsideradas. Caso houvesse a serventia de tais provas, teriam por objetivo acarretar prejudicialidade ao acusado e ao devido processo legal, pois no processo penal, as interpretações devem ser concretizadas com a finalidade de proteção à liberdade..

A problemática está na defasagem entre a teoria e a prática. Visto isso, é considerável destacar que a lei sanciona diretrizes democráticas e garantidoras de liberdade que precisam ser resguardadas.

Visto acima, o uso de tais provas é inconstitucional. Parametrando-se com a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, não há que se dar valor algum há provas que são e se encontram contaminadas. Deste modo, não existe possibilidade de um julgamento idôneo.

### METODOLOGIA

O conjunto de técnicas e métodos que serão utilizados para a apreensão da realidade, bem como o desenvolvimento do conteúdo, engloba a pesquisa bibliográfica, por intermédio de sites com artigos jurídicos, postagens de decisões, legislação brasileira, livros de especialistas da educação na área e artigos acadêmicos.

### RESULTADO E DISCUSSÕES

Os principais resultados e discussões parciais obtidos até o momento são:

- Questionamento sobre a apreciação do uso de provas ilícitas e ilícitas por derivação no processo penal brasileiro;
- Indagação da prejudicialidade de tal apreciação à vida do acusado;
- O que determinam as leis e como é a atuação na realidade

### CONCLUSÃO

Podemos constatar, portanto, que as provas são de extrema importância em um processo, e, decorrente de tal valia, usufruir de provas que causam a ilicitude destas, se posta contrário a princípios norteadores do Direito e adverso à Leis já estabelecidas..

É de suma importância que se faça entender que tais provas apenas serão admitidas para benefício do réu, não servindo portanto, para acusá-lo.

Por fim, é interessante destacar o questionamento: se mesmo sabendo que o ordenamento jurídico nega o uso de tais provas, por qual motivo as provas ilícitas ainda são pensadas e levadas para uma determinada apreciação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito Processual Penal. Editora Saraiva Jur; 18ª Edição. 15 de fevereiro de 2021.

MARCANTE, Marcelo. Limites à atividade probatória. Emais Editora e Livraria Jurídica. 01 de janeiro de 2020..

AGUIAR MUNHOZ SOARES, Fábio. Prova ilícita no processo. Editora Juruá. 17 de Janeiro de 2019.